



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Prefeitura Municipal de Chuvisca**  
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 309/2002

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A  
DESPESA PARA O MUNICÍPIO  
DE CHUVISCA/RS, PARA O  
EXERCÍCIO DE 2003”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CHUVISCA, no uso de  
suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu  
sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica estimada a receita em R\$ 5.783.090,32 (cinco milhões, setecentos e oitenta e três mil, noventa reais e trinta e dois centavos), para o orçamento fiscal do Município, no exercício de 2003, e fixa a despesa em R\$ 5.783.090,32 (cinco milhões, setecentos e oitenta e três mil, noventa reais e trinta e dois centavos), sendo:

I. R\$ 5.783.090,32 (cinco milhões, setecentos e oitenta e três mil, noventa reais e trinta e dois centavos), para a administração direta;

Art. 2º – A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receita correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constante dos anexos integrantes da lei, com o seguinte desdobramento:

I. Administração direta e indireta:

1.0. Receitas Correntes	R\$ 4.841.931,23
1.1. Receitas Tributárias	R\$ 105.288,60
1.2. Receitas Patrimoniais	R\$ 17.830,00
1.3. Receitas Agropecuárias	R\$ 90.000,00
1.4. Receitas de Serviços	R\$ 184.600,00
1.5. Transferências Correntes	R\$ 3.882.450,32
1.6. Outras Transferências Correntes	R\$ 561.762,31



**Estado Do Rio Grande Do Sul**  
**Prefeitura Municipal de Chuvisca**  
*Gabinete do Prefeito*

Fls 02.

2. Receitas de Capital	R\$ 1.330.088,11
2.2. Alienação de Bens	R\$ 33.000,00
2.3. Transferências de Capital	R\$ 650.026,08
2.6. Outras Receitas de Capital	R\$ 647.062,03
Subtotal	R\$ 6.172.019,34
9. Deduções da Receita Corrente	R\$ 388.929,02

Total R\$ 5.783.090,32

Art. 3º – A despesa da administração direta e indireta será autorizada obedecendo a classificação institucional programática, sendo dividida em:

- I. Total despesa autorizada Poder Executivo R\$ 5.576.053,72
  - a) Despesa com o Poder Executivo R\$ 5.576.053,72
- II. Total despesa Poder Legislativo R\$ 207.036,60
- IV. Total da despesa autorizada R\$ 5.783.090,32

Art. 4º – Fica o Poder executivo autorizado, de acordo com o disposto nos arts. 7º, 42 e 43 da Lei 4.320/64, no art. 165, § 8º da Constituição Federal, no art. 8º, da Lei Complementar 101 e na Resolução TCE/RS nº 581/01, que se refere ao desdobramento a ser adotado:

I. Abrir crédito suplementar para atender despesas relativas a aplicação ou transferência de receitas vinculadas que excedam a previsão orçamentária correspondente até o limite recebido;

II. Abrir crédito suplementar para remanejar dotações orçamentárias no mesmo projeto ou atividade, existindo os elementos de despesa nas respectivas atividades ou projetos, até o limite da dotação;

III. Abrir crédito suplementar com saldo de recursos vinculados não utilizados no exercício passado, até o limite do saldo bancário livre;



**Estado Do Rio Grande Do Sul**  
**Prefeitura Municipal de Chuvisca**  
*Gabinete do Prefeito*

... fls. 03.  
IV. Abrir, durante o exercício, créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento) da despesa de recursos livres, desde que em cada caso, devidamente autorizado pela Câmara de Vereadores, na forma do art. 87, V, da Lei Orgânica,

V. Realizar, em qualquer mês do exercício, operações de crédito e oferecer garantias usuais necessárias, até o limite fixado pela Constituição Federal, desde que, antecipadamente autorizado pela Câmara de Vereadores, na forma do art. 87, III, da Lei Orgânica

Art. 5º – fazem parte do corpo desta Lei os seguintes anexos:

I. Memórias de cálculos da forma estabelecida no artigo 12 da L.C. 101/2000 e art. 22 da Lei 4.320/64, com receita, despesa por órgão e resumo geral da despesa;

II. Quadro demonstrativo de que as renúncias foram consideradas na estimativa da receita;

III. Orçamento contendo a administração direta (Executivo e Legislativo);

IV. Mensagem que conterá a exposição circunstanciada na forma do inciso I, do artigo 22 da Lei 4.320/64;

V. Anexo de compatibilização do orçamento com as metas prioritárias da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 31 de dezembro de 2002.

  
José Enio Brandeburski  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se